

Cronograma do acerto

28 JAN 1985

por Paulo Sotero
de Washington

A controvérsia em torno da dívida garantida pela Sunamam "não será um obstáculo" capaz de impedir a conclusão do acordo de renegociação plurianual da dívida brasileira, segundo informação prestada a este jornal por um banqueiro com acesso ao comitê de bancos credores, em Nova York. Mas poderá, se não for superado satisfatoriamente, colocar problemas para a implementação do pacote que for negociado.

Fontes do governo de Washington e da comunidade financeira acreditam que as negociações, que começam na terça-feira, em Nova York, com a presença do presidente do Banco Central, Affonso

Celso Pastore, estarão terminadas, com um acordo, provavelmente antes de o presidente eleito Tancredo Neves desembarcar em Nova York, na tarde de quinta-feira, para trocar de avião e prosseguir viagem para Washington.

As conversações foram suspensas na quinta-feira, dia 17 passado, faltando acertar apenas uma diferença de 0,125% no "spread", a taxa de risco que o Brasil terá de pagar pela renovação, até o ano 2000, de US\$ 45,3 bilhões, os compromissos da dívida que vencem entre este ano e 1991, excluídas a Fase II e as linhas de crédito interbancárias.

"A questão da Sunamam é importante para um certo número de bancos", disse a fonte. "Para aceitar renovar um crédito, os bancos obviamente querem saber, primeiro, se o devedor reconhece a dívida e está disposto a pagá-la. Mas não acredito que o caso chegue a ser um impedimento para o acordo", disse a fonte. "Se cada banco enviasse um telex ao comitê enumerando as queixas específicas que tem do governo ou de empresas brasileiras, e as negociações fossem feitas com base nisso, nós estaríamos ainda na Fase I", acrescentou o banqueiro.

Notando que é datada de 4 de janeiro a cópia do telex sobre o caso Sunamam que o presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes, enviou ao ministro da Fazenda Ernane Galvêas, outra fonte do comitê de bancos credores afirmou a este jornal que "as negociações que se realizaram depois disso provavelmente não teriam progredido o tanto que já progrediram se Pastore já não ti-

vesse dado algumas garantias a respeito". Em todo caso, a fonte sugeriu que uma leitura atenta do telex indicaria que não é a definição do acordo, mas sim o processo de implementação — a venda do acordo aos mais de seiscentos bancos credores do País — que poderia sofrer com a não resolução do problema da Sunamam. O telex diz que, neste caso, ficaria em risco a capacidade do governo brasileiro de obter "o apoio do mercado", necessário para a conclusão satisfatória de qualquer pacote de renegociação plurianual da dívida.

Quanto à questão mais geral da definição do pacote de reescalonamento, um banqueiro de Nova York disse que, até quarta-feira passada, estava no ar a possibilidade de haver um adiamento, por uma semana, das conversações finais.

Mas as dúvidas acabaram com um telefonema de Pastore a Rhodes, confirmando que estará em Nova York na manhã da terça-feira. "Isto é um ótimo si-

nal. É a primeira vez que o Pastore virá na data em que disse que viria", comentou um banqueiro. Diante da confirmação de Pastore, o presidente do subcomitê econômico do comitê de bancos credores, Douglas Smeé, do Banco de Montreal, viajou na quinta-feira passada para Brasília, a fim de acertar os últimos números do relatório econômico que acompanhará o telex a ser enviado aos bancos, com os termos do acordo. Os membros do comitê de bancos credores têm reunião marcada para esta segunda-feira.

(Ver página 15)

O comitê de renegociação da dívida da Sunamam convocou uma reunião para esta segunda-feira, na sede da Anbid, no Rio, para analisar os fatos ocorridos durante a semana e decidir se os credores vão ou não continuar negociando em bloco com o governo federal.

(Ver página 15)